

A ANS quer aumentar a participação das operadoras de planos de saúde na promoção de partos normais. A ideia é que, além de incluir mais maternidades no projeto, as operadoras também tenham ações para toda a rede de conveniadas. O número de partos nos quais a cesárea seria o método mais indicado é de cerca de 15%. No entanto, esse percentual chega a 85% na rede de saúde privada.

Quem controla território controla voto, diz Jungmann sobre criminalidade no Rio

O ministro extraordinário da Segurança Pública, Raul Jungmann, disse que o Brasil e o Rio de Janeiro precisam discutir a segurança para encontrar saída no combate à violência que hoje, em grande medida, “causa medo, desassossego e gera intranquilidade” nos brasileiros e cariocas. Para o ministro, este é um tema que tem impacto para as eleições de 2018. O ministro se mostrou mais uma vez preocupado com a influência do crime organizado na escolha dos eleitos.

“Preocupa muito porque o Rio tem, aproximadamente, 800 comunidades que vivem sob o controle do crime organizado, do tráfico de drogas ou das milícias. Isso representa que, quem tem o controle do território, tem o controle do voto, e se tem o controle do voto, pode eleger inclusive os seus representantes e seus aliados”, disse o ministro. Ele foi ao Rio para participar ontem (3), na sede do jornal O Globo, de um debate sobre segurança.

Segundo Jungmann, é necessário cortar este fluxo entre o controle do território, as mili-

cias, o tráfico e as drogas. “Isso afeta a representação popular e afeta, inclusive, o funcionamento dos próprios órgãos de segurança, porque eles ficam, de certa forma, mais vulneráveis à ação, inclusive, daqueles que estão dentro do aparelho dos órgãos públicos”, apontou.

O Rio de Janeiro passa por uma transição no âmbito da intervenção federal na segurança. “É um momento de transição entre o que tínhamos anteriormente, que era de fato algo que não trazia a percepção nem a segurança aos cariocas, e um futuro melhor em termos de segurança



Segundo Jungmann, é necessário cortar este fluxo entre o controle do território, as milícias, o tráfico e as drogas.

e de redução da violência. Esse é um momento de transição”,

afirmou. Segundo ele, está “se implantando uma nova maneira

de fazer e de levar a segurança aos cariocas” (ABr).

Raquel Dodge: “uma Justiça que tarda é uma Justiça que falha”

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, chamou ontem (3) de “exagero”, capaz de “aniquilar o sistema de Justiça”, o entendimento segundo o qual o cumprimento da pena de um condenado criminal só poderia ocorrer após esgotados os recursos em tribunais superiores, como o STJ e o STF. Durante fala na abertura da reunião do Conselho Superior do MP, Raquel reconheceu a importância do princípio de presunção de inocência, segundo o qual uma pessoa só é considerada culpada após o chamado trânsito em julgado, quando não cabem mais recursos em nenhuma instância.

“No entanto, apenas no Brasil, o Judiciário vinha entendendo que só pode executar uma sentença após quatro instâncias judiciais confirmarem a condenação. Este exagero aniquila o sistema de Justiça exatamente porque uma Justiça que



Procuradora-geral da República, Raquel Dodge.

tarda é uma Justiça que falha. Também instilava desconfiança na decisão do juiz, sobretudo o juiz de primeira instância”, disse a procuradora. Raquel fez as declarações na véspera do julgamento do habeas corpus preventivo do ex-presidente Lula no plenário do STF.

A questão de fundo a ser discutida pelo Supremo será a possibilidade do cumprimento

provisório de pena após condenação em segunda instância. A questão gerou um impasse no STF. Desde fevereiro de 2016, o entendimento prevalecente na Corte, estabelecido no julgamento de um habeas corpus que posteriormente obteve o status de repercussão geral, é no sentido de que a execução de pena pode ser iniciada antes do trânsito em julgado, logo que sejam encerrados os recursos em segunda instância.

Diversos ministros, entretanto, querem que o assunto volte a ser discutido em duas ações declaratórias de constitucionalidade relatadas pelo ministro Marco Aurélio Mello e prontas para julgamento em plenário, uma delas protocolada pela OAB. A menos dois ministros, Gilmar Mendes e Dias Toffoli, mudaram seu entendimento desde o julgamento do habeas corpus que permitiu a prisão após segunda instância.

Dallagnol: As pessoas ‘não estão percebendo’ que não é só o caso Lula

São Paulo - Em entrevista ao Jornal Eldorado na manhã desta terça-feira, 3, o procurador Deltan Dallagnol afirmou que o julgamento do habeas corpus preventivo do ex-presidente Lula não diz respeito somente ao petista, mas a todo “poderoso que praticou crimes graves”.

“As pessoas não estão percebendo que não é só o caso Lula. É o caso Lula. É o caso Renan, o caso Aécio, se eles perderem o foro, é o caso do Eduardo Cunha, que está preso em primeira instância. É o caso de todo poderoso que praticou crimes graves”, disse.

O procurador ainda afirma que a medida não diz respeito só aos crimes de corrupção, mas também outros casos, como homicídios. Caso o STF decida por impedir que Lula seja preso em segunda instância, a Lava Jato pode sofrer o



Procurador Deltan Dallagnol.

‘perigo de catástrofe’. “Nós estaremos fazendo teatro. As pessoas serão condenadas, mas as penas não serão executadas”. Para ele, com o impedimento da prisão após a condenação em segunda instância, o cumprimento da pena irá demorar mais tempo, o que pode gerar prescrição dos crimes e, por consequência, impunidade.

Sobre as apostas para o julgamento do STF hoje (4), Dallagnol afirmou que, embora o resultado seja imprevisível, a grande esperança é uma mudança no voto da ministra Rosa Weber. “Na sabatina de quando entrou para o Supremo, ela tinha sinalizado, claro que de modo não profundo, que era a favor da prisão após a segunda instância. Depois, ela mudou de posição. A gente tem esperança que ela possa voltar à posição original”, declarou.

O procurador também criticou a postura do ministro Gilmar Mendes que, segundo ele, “em 2016, fez uma defesa muito forte a favor da prisão em segunda instância e, agora, a meu ver de modo inexplicável, ele mudou para o contrário”. Deltan Dallagnol defende que a mudança em dois anos desgasta a credibilidade do Supremo e coloca em questão a sua imparcialidade (AE).

Sistema garante água para 22 milhões de pessoas

O governador Geraldo Alckmin inaugurou ontem (3) a obra da Sabesp que aumenta a oferta de água potável de qualidade para os 22 milhões de moradores da Região Metropolitana de São Paulo. Com um investimento de R\$ 2,21 bilhões, o Sistema São Lourenço passa a fornecer até 6.400 litros de água potável por segundo. Ele se torna assim o nono sistema de abastecimento da Grande São Paulo e o quarto mais importante em capacidade de fornecimento de água, depois do Cantareira, Guarapiranga e Alto Tietê.

O São Lourenço traz água nova para a Região Metropolitana. A captação ocorre na represa Cachoeira do França, em Ibiúna. A vazão retirada passa por 49 km de tubulações de aço-carbono, que chegam a 2,10 metros de diâmetro, até a nova estação de tratamento, em Vargem Grande Paulista. Para alcançar a estação, a água tem que subir 330 metros de altitude, “escalando” a Serra de Paranapiacaba. Para isso, foram instaladas cinco bombas na captação, com uma potência total de 40 mil cavalos – o equivalente a 40 motores de um carro de Fórmula 1 em potência máxima.



Alckmin concede entrevista durante inauguração do Sistema São Lourenço.

A água percorre mais 32 km de adutoras até as torneiras dos moradores de Barueri, Carapicuíba, Cotia, Itapevi, Jandira, Osasco, Santana de Parnaíba, Vargem Grande Paulista. Hoje, essas cidades são atendidas pelos sistemas Cantareira, Alto Cotia ou Baixo Cotia. Com a água do São Lourenço, a vazão desses três outros sistemas será “poupada” no atendimento a essas cidades. Sobre, portanto, mais água neles para ser armazenada nas represas ou para abastecer o restante da Grande São Paulo, inclusive a capital (Al/Sabesp).

Congresso mantém refinanciamento de dívidas de microempresas

O Congresso Nacional derrubou ontem (3) o veto do presidente Temer ao projeto que institui o refinanciamento dos débitos de micro e pequenas empresas, o chamado Refis das Micro e Pequenas Empresas. Os parlamentares mantiveram a legislação aprovada no fim do ano passado por 346 votos favoráveis e um contrário na Câmara, e 53 votos no Senado.

Agora os empresários poderão alongar as dívidas que possuem com a Receita. Apesar de ter vetado integralmente o projeto Temer já havia se manifestado, há algumas semanas, favoravelmente à derrubada do próprio veto, posição que foi confirmada em plenário pelo líder do governo, deputado André Moura (PSC-SE). Após conceder entrevistas adiantando que trabalharia em nome da “convicção” dos deputados e senadores em derrubarem o veto, o presidente do Congresso, Eunício Oliveira, abriu a sessão confirmando a promessa.

A nova lei cria o Refis das Micro e Pequenas Empresas, programa que concede descontos de juros, multas e encargos com o objetivo de facilitar



Congresso derrubou veto e manteve o refinanciamento de dívidas de microempresas.

e parcelar o pagamento dos débitos de micro e pequenos empresários, desde que 5% do valor total sejam pagos em espécie, sem desconto, em até cinco parcelas mensais.

O restante da dívida poderá ser pago em até 15 anos. A adesão inclui débitos vencidos até novembro de 2017. O projeto prevê a possibilidade de adesão dos empresários ao programa até três meses após entrada da lei em vigor (ABr).

Meirelles filia-se ao MDB e candidatura é possível

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que se filiou ontem (3) ao MDB, informou que deverá permanecer no cargo até sexta-feira (6) e que o nome de seu sucessor está prestes a ser definido. Sobre a possibilidade de se candidatar à Presidência da República nas eleições deste ano, Meirelles disse que isso ainda está sendo discutido. “Tenho o projeto de candidatura e, entrando no partido, vamos discutir os próximos passos e qual a melhor composição partidária, de forma a evitar que o Brasil tenha políticas populistas, oportunistas, que levaram o país à pior recessão da história”.

A cerimônia de filiação ocorreu na sede do partido, em Brasília e contou com a presença do presidente Temer e do ministro da Secretaria-Geral, Moreira Franco. Meirelles ressaltou a importância de programas sociais como o Bolsa Família e o Bolsa Escola, enfatizando que hoje o governo “nova na gestão” de tais iniciativas. Também disse que a crise econômica brasileira é fruto, não de questões externas, mas de “erros econômicos praticados no Brasil”.

“É com essa agenda que o MDB e eu temos um compromisso: emprego, renda e



É preciso evitar “políticas populistas, oportunistas, que levaram o país à pior recessão da história”, disse Meirelles.

oportunidade. Só teremos um país justo quando o filho de um operário tiver as mesmas oportunidades que o filho de um médico – isso não é uma bandeira da esquerda ou da direita. Igualdade de oportunidades é uma luta da civilização”, afirmou Meirelles, ao destacar a importância da economia para o crescimento brasileiro: “Voltamos ao caminho do crescimento. Esse legado não pode ser perdido, nem esquecido: é preciso perseverar, é preciso ter coragem e insistir nas medidas e decisões certas” (ABr).

“É fácil se livrar das responsabilidades. Difícil é escapar das consequências por ter se livrado delas”.

Graciliano Ramos (1892/1953)
Escritor brasileiro

BOLSAS

O Ibovespa: -0,05% Pontos: 84.623,46 Máxima de +0,88% : 85.411 pontos Mínima de -0,54% : 84.210 pontos Volume: 8,45 bilhões Variação em 2018: 10,76% Variação no mês: -0,87% Dow Jones: +1,65% Pontos: 24.033,36 Nasdaq: +1,04% Pontos: 6.941,28 Ibovespa

Futuro: -0,1% Pontos: 84.905 Máxima (pontos): 85.690 Mínima (pontos): 84.395 Global 40 Cotação: 843,846 centavos de dólar Variação: +1,29%.

CÂMBIO

Dólar comercial no balcão Compra: R\$ 3,3384 Venda: R\$ 3,3389 Variação: +0,72% - Dólar Paralelo Compra: R\$ 3,41 Venda: R\$ 3,51 Variação: +0,77% - Dólar Ptax Compra: R\$ 3,3133 Venda: R\$ 3,3139 Variação: +0,11% - Dólar Turismo Compra: R\$ 3,3000 Venda: R\$ 3,4830 Variação: +0,87% - Dólar Futuro (maio)

Cotação: R\$ 3,3460 Variação: +0,84% - Euro (17h31) Compra: US\$ 1,2271 Venda: US\$ 1,2271 Variação: -0,25% - Euro comercial Compra: R\$ 4,0940 Venda: R\$ 4,0960 Variação: +0,47% - Euro turismo Compra: R\$ 4,0470 Venda: R\$ 4,2700 Variação: +0,54%.

JUROS

CDB prefixado de 30 dias, 6,39% ao ano. - Capital de giro, 9,44% ao ano. - Hot money, 1,08% ao mês. - CDI, 6,39% ao ano. - Over a 6,40%.

OURO

Ouro Cotação: US\$ 1.337,30 a onça-troy (1 onça-troy equivale a 31,1035 gramas) Variação: -0,71% - Ouro BM&F (à vista) Cotação: 142,680 Variação: +1,19%.